

GUIA DE ESTUDOS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS



CONSELHO DE SEGURANÇA

A Crise no Mali

Hallison Passos

João Victor Machado

Larissa Martins

Maior/2015

Sumário

1. Carta aos delegados	3
2. Introdução	4
3. Conselho de Segurança	6
4. Questões debatidas	7
4.1 Terrorismo	7
4.2 Crime transnacional	8
4.3 Missões de Paz	9
5. O movimento separatista e a atuação da <i>Al-Qaeda in the Islamic Magreb</i> (AQIM) e do <i>Mouvement pour l'Unité et le Jihad em Afrique de l'Ouest</i> (MUJAO) nas regiões de Magreb e Sahel	11
6. Cooperação e combate aos problemas no Mali: o jogo de interesses na região do Sahel	15
7. Agenda de discussões proposta	17
8. Referências	18



1. Carta aos delegados

Caro (a) delegado (a),

É com grande prazer que o recebemos você no Conselho de Segurança da SiUR 2015: o primeiro Conselho de Segurança da primeira edição da Simulação das Nações Unidas da UFRRJ.

Desenvolvemos o guia de estudos do Conselho de Segurança da primeira SiUR com o objetivo de auxiliar na sua preparação. Uma boa pesquisa a respeito da política externa de seu país, assim como do papel desempenhado pelo país por você representado em relação à problemática proposta, é essencial para o bom desempenho no Comitê.

Nós, diretores, sentimo-nos honrados por sua escolha em delegar pelo Comitê do Conselho de Segurança SiUR 2015. Agradecemos a confiança depositada no projeto e é com grande ansiedade que nós os aguardamos.

Por fim, caso haja alguma dúvida sobre o Comitê ou informações extras, estaremos sempre disponíveis.

Vemo-nos em breve!

Cordialmente,

Diretoria do Conselho de Segurança SiUR 2015

Hallison Passos,

João Victor Machado e

Larissa Martins.

2. Introdução

O que devemos ter em mente ao tratar do caso do Mali é o fato de que não estamos lidando com uma questão delimitada ao território do país, mas sim com uma questão antiga, mais ampla, que remonta ao processo de independência das nações africanas, em especial aquelas que ocupam toda a região geográfica do Sahel: das costas da Mauritânia, no Atlântico, ao oceano Índico. O histórico de desenvolvimento colonial compartilhado desses países cria uma “comunidade de insegurança” de caráter político, social e humanitário. Sendo assim, debruçarmos sobre a questão do Mali é o mesmo que entrar no campo dos problemas nigerianos, sudaneses, líbios, enfim, de todas as nações presentes no Sahel (BADIE, 2013).

Também devemos considerar os efeitos de processos regionais recentes, como o advento da Primavera Árabe, pensar a respeito da revolução libanesa e a transição de governos tradicionalmente aliados à França que deixam de possuir tal alinhamento político. Mais ainda, as revoluções na Tunísia e na Síria e a complexidade da diplomacia islâmica, assim como o crescente declínio da influência dos países centrais, o que coloca em xeque a ideia de que apenas a ação das grandes potências pode garantir a paz para os países menores (BADIE, 2013).

No que se refere ao Mali especificamente, é preciso considerar que este é um país de contradições extremas, cujo território encerra uma grande diversidade de identidades e estruturas de poder fragmentadas. Neste sentido, atenção especial deve ser dispensada ao processo de limitação de suas fronteiras, o qual ocorreu em detrimento de uma população de cultura nômade, o povo tuaregue. Esta população, que não se enxerga como parte de um Estado-nação, extrapola sua territorialidade para além das fronteiras do Mali (BADIE, 2013).

Relegados às margens da sociedade do Mali, sofrendo a exclusão e humilhação por parte de uma casta político-militar dominante economicamente que os julga incapazes de serem integrados ao corpo social do país, os tuaregues voltam-se às práticas ilícitas como forma de garantir alguma sobrevivência. O islã jihadista torna-se, assim, um discurso reconfortante que permite a ação de qualquer grupo que recrute desde que o mesmo proporcione os meios de sobrevivência para esse povo. Esse conjunto de fatores fornece um território fértil para o desenvolvimento de grupos como *Al-Qaeda in the Islamic*

Magreb (AQIM) e o *Mouvement pour l'Unité et le Jihad en Afrique de l'Ouest* (MUJAO) (BADIE, 2013).

A prática de crimes transnacionais na África Ocidental é base para o financiamento de organizações terroristas e movimentos separatistas na região do Magreb e Sahel. O Programa Regional para a África Ocidental 2010-2014 formulado pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC)¹, apresenta a análise da situação do tráfico na África Ocidental e as políticas para o seu combate. Segundo o programa, a região está localizada no caminho entre a América Latina e a Europa, oferecendo uma plataforma perfeita para o tráfico de diversas mercadorias ilícitas entre os dois continentes. Devido à fragilidade da região, ela torna-se alvo de uma série de fluxos transnacionais de crime organizado.

A instabilidade política é a principal preocupação para a região que, desde 2000, já passou por dez golpes de estado ou tentativas de golpe, três guerras civis e o assassinato de um presidente (Presidente Vieira da Guiné-Bissau). A faixa Sahelo-Saariana, que se estende do Norte do Níger e norte do Mali à Mauritânia continua insegura. Essa insegurança ocorre por conta de confrontos entre rebeldes e forças militares e sequestros de estrangeiros na região, o que levou o Conselho de Segurança da ONU a identificar a sub-região como uma “ameaça significativa à estabilidade regional, com possível impacto na segurança internacional”. A fragilidade das instituições políticas e do poder militar, além do histórico de corrupção e impunidade, são fontes de preocupação e desafios para região.

A UNODC reconhece que a África Ocidental é afetada por uma combinação de fatores que a tornam vulnerável ao tráfico de drogas, crime organizado e terrorismo devido à sua localização geográfica e ao fato de suas fronteiras nacionais serem altamente porosas. Esses fatores, combinados com a falta de recursos dos Estados, fizeram com que a região se tornasse centro para o tráfico de cocaína da América Latina para a Europa. Esta e outras atividades criminosas servem como meio de financiamento para grupos terroristas. Nesse sentido, a região do Sahel, uma vasta área com o deserto do Saara, é cada vez mais referida como “a nova frente na guerra contra o terrorismo”, uma ameaça realçada pela presença da *Al-Qaeda in the Islamic Magreb* (AQIM) na região.

¹ Disponível em
<http://www.unodc.org/documents/westandcentralafrica/FINAL_RP_PT_complete_15032011.pdf>

Em 2012, ocorre uma reunião do Conselho de Segurança para que seja elaborada uma resolução a respeito dos problemas regionais aflorados por conta do movimento separatista na região norte do Mali. Será essa reunião que iremos protagonizar em nossa simulação, para que sejam discutidas as questões referentes ao problema e formulada uma resolução a respeito de uma possível missão de paz a ser enviada ao Sahel para reprimir o movimento insurgente e estabilizar a região.

3. Conselho de Segurança

Em janeiro de 1942, no meio da Segunda Guerra Mundial, foi elaborada a Declaração das Nações Unidas, quando 26 países assumiram o compromisso de continuar a lutar contra as potências do Eixo.

Posteriormente, em vias do fim da Segunda Guerra, foi criada a Carta que daria formação à Organização das Nações Unidas, tendo sido assinada por 50 países, com adesão posterior de mais de 140 Estados.

Nesta carta, foram discriminados os órgãos da ONU, tendo como mais importante deles o Conselho de Segurança. Na carta, estão discriminados a composição desse órgão, suas funções e atribuições, e seu processo de decisão.

O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, dos quais 5 têm caráter permanente: China, França, União Soviética (Rússia atualmente), Inglaterra e Estados Unidos. Os membros não-permanentes são escolhidos pela Assembleia Geral, sendo eleitos por um período de dois anos. A partir da década de 60, principalmente devido à descolonização de países africanos, sobretudo, o Conselho de Segurança viu-se obrigado a aumentar o número de membros de 11 para 15, a fim de dar conta de manter seu caráter de representatividade do mundo inteiro.

A principal função e atribuição do Conselho de Segurança é a manutenção da paz e da segurança internacional. Ele submete relatórios anuais e especiais à Assembleia Geral para sua consideração.

Seu processo de decisão é feito por meio do voto. Cada membro do Conselho de Segurança tem direito a um voto. Para uma decisão ser tomada, é necessário o coro de 9 votos positivos e que não haja veto por algum dos membros permanentes, que detêm esse

poder. Ou seja, quaisquer decisões que possam vir a ser votadas pelo Conselho de Segurança precisam passar pelos 5 membros permanentes, sem que haja veto algum. Passando por todos esses requisitos, as suas decisões são vinculantes, ou seja, todos os Estados membros da ONU devem acatar o parecer da Organização.

4. Questões debatidas

A crise do Mali envolve uma grande variedade de conceitos, os quais tornam sua resolução mais complicada perante um comitê como o Conselho de Segurança. Neste ponto veremos como esse comitê tratou ao longo de sua história os temas relativos à crise em questão, a saber: *terrorismo, crime transnacional e missões de paz*.

O Conselho de Segurança é um comitê que pertence à ONU. Uma de suas funções é lidar com problemáticas acerca da manutenção da paz mundial e de segurança internacional. Sendo assim, a crise no Mali, por conter tais aspectos, tornou-se tema do Conselho de Segurança.

4.1 Terrorismo

Um dos primeiros tratados sobre o terrorismo, elaborado por uma organização internacional foi a Convenção para a Prevenção e Punição do Terrorismo, criado pela Liga das Nações em 1937. Tal tratado foi proposto pela França, que viu a necessidade de regulamentar as ações da Liga das Nações em relação aos assuntos sobre o tema, tendo em vista o ato terrorista que ocorreu em território francês em 1934. Na ocasião, um membro de um grupo separatista da Macedônia assassinou o rei Alexandre I da Iugoslávia. No entanto, por ocasião do início da II Guerra Mundial, o tratado não durou por muito tempo.

O cenário internacional do pós-II Guerra Mundial foi caracterizado pela disputa por zonas de influência política entre os Estados Unidos e a União Soviética. Durante este período, diversos grupos terroristas foram patrocinados pelas potências mundiais. Nesse contexto, a ONU foi incumbida de atuar em prol do combate ao terrorismo. A partir disso foram formulados diversos tratados, como a Convenção de Tóquio (1963) e a Convenção de Haia (1970).

O Conselho de Segurança aprovou algumas resoluções que concernem ao assunto: em 1985, aprovou-se a resolução 579/1985², determinando a condenação daqueles que cometiam sequestros; já em 1992, seus membros adotaram a resolução 731/1992³, na qual afirmam que o terrorismo perturba a paz mundial, ou seja, dificulta o cumprimento de um dos princípios do Conselho de Segurança, que é manter a paz mundial. (REIS, 2013)

A Assembleia Geral da ONU aprovou algumas resoluções importantes na década de 1990 no que se refere ao terrorismo. Uma delas é a Convenção Internacional para a Repressão e Financiamento do Terrorismo de 1999, que ordenava os Estados a extraditarem ou processarem aqueles acusados de financiar atos terroristas.

No entanto, o discurso sobre o terrorismo se torna mais enfático após os atentados terroristas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. O fato de o Estado com a maior economia mundial e dotado do maior poderio bélico ter sido atacado por um ente não-estatal fez com que houvesse uma grande mobilização mundial a fim de se combater o terrorismo. (TORRES, 2010)

Sendo assim, no dia 28 de setembro de 2001, o Conselho de Segurança aprova a resolução 1373⁴, por meio da qual condena os ataques terroristas mencionados acima e reafirma que qualquer ato de terrorismo internacional constitui uma ameaça à paz e a segurança internacional.

4.2 Crime transnacional

A segunda metade do século XX foi marcada pelo expressivo aumento nos fluxos de pessoas, mercadorias e informações entre Estados. No entanto, nem todos esses movimentos ocorreram dentro da legalidade, segundo o Direito Internacional. As organizações criminosas se adaptaram ao novo contexto tecnológico causando a expansão de suas atividades para além do Estado no qual atuavam. A partir disso, as Organizações Internacionais enquadraram o crime transnacional dentro de sua agenda, uma vez que

² Disponível em < [< http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/579\(1985\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/579(1985))

³ Disponível em [< http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/731\(1992\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/731(1992))

⁴ Disponível em [< http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1373\(2001\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1373(2001))

esse fenômeno passou a ser reconhecido como uma responsabilidade da comunidade internacional.

O crime transnacional passou por um aumento de suas atividades após o término da Guerra Fria devido ao aumento dos fluxos internacionais mencionados anteriormente. Esse novo contexto possibilitou que grupos terroristas pudessem ter acesso a atividades ilegais como o tráfico de drogas, pessoas e armas, e lavagem de dinheiro, como forma de financiar suas ações. (GIRALDO; TRINKUNAS, 2007)

Como dito no tópico anterior, muitos grupos terroristas foram financiados pelas potências mundiais durante o período da Guerra Fria com vistas à conquista de zonas de influências. No entanto, após o fim da Guerra Fria, houve uma considerável ruptura no financiamento estatal para os grupos terroristas. Esse fato fez com que tais grupos buscassem alternativas para manter suas atividades, encontrando solução no crime transnacional. Essa relação também é benéfica para os grupos que atuam com o comércio transnacional ilegal, pois estes possuem a segurança para que suas atividades sejam mantidas, já que o poder paramilitar fornece a devida proteção. (WERNER, 2009)

4.3 Missões de Paz

O objetivo da ONU, como uma organização internacional, é de manter a paz e a segurança mundial. Sendo assim, foi atribuído a ela o dever de gerenciar intervenções militares em regiões em que houver desestabilização da paz e violação dos direitos humanos, mesmo que tal procedimento não seja mencionado na Carta da ONU. Para distanciar-se do caráter invasivo da intervenção militar, e em concordância com o conceito de soberania, foi elaborado o conceito de missão de paz. Por considerar a vontade de todos os atores envolvidos que, em teoria, consentem com a missão, esse tipo de ação não significaria, pelo menos em tese, uma real afronta aos assuntos internos dos países que a sofressem.

Com o fim da Guerra Fria e da disputa entre dois grandes polos ideológicos como força de controle internacional, observa-se a emergência de um novo tipo de conflito não mais protagonizado pelos Estados, como ocorria até meados do século XX. Essas “novas guerras” são fruto do movimento de globalização e fim do controle político que causava uma estabilidade precária durante o período anterior (KALDOR, 1999). Assim, podemos

reconhecer a emergência da questão Tuaregue nesse contexto, pois a mesma fora iniciada ainda na década de 1960 e abafada pela influência da União Soviética no Mali, manifestando-se com mais força recentemente.

Essas “novas guerras” surgem com um processo de erosão da autoridade do Estado moderno e o fim de seu tradicional monopólio do uso da força. A questão torna-se crucial no caso de países como o Mali, cujas fronteiras foram erigidas de forma artificial (especialmente se compararmos aos Estados que se formaram desde o século XVI) durante a conferência de Berlim em 1884 pelos Estados Imperialistas. Neste cenário, grupos e etnias que foram submetidas a uma autoridade estatal, primeiro pelas forças imperiais e depois pelas potências da Guerra Fria, rebelam-se progressivamente e de maneira mais constante a partir da década de 1990, o que torna tais casos pontos de debate pela ONU dado seu objetivo de garantir a paz e a segurança internacional.

A relação da ONU com grupos belicosos em Estados-nação é estabelecida no processo de construção dessas missões de paz. Nessas situações, esses grupos divergentes são tratados como partes belicosas para que possam ser ouvidos e negociarem abertamente com o Estado em questão. O que devemos ter em mente no momento em que discutimos as missões de paz, especialmente com relação a atores não-estatais, é que mesmo que tais atores não sejam reconhecidos como nações independentes, o ideal seria buscar o consentimento de ambas as partes para que seja realizada uma missão de paz.

As missões de paz promovidas entre 1948 até 1990 ficaram conhecidas como as operações de *Peacekeeping*. A quantidade de operações de paz nesse período foi muito reduzida devido às sanções dos países com poder de veto no Conselho de Segurança. Este tipo de operação de paz possuía como característica o envio de um grupo de pessoas com funções tipicamente militares, assim como o monitoramento de cessar-fogo, e seu objetivo era apenas dar fim ao conflito.

As missões de paz que ocorreram posteriormente à década de 1990 tomaram formas mais diversificadas. Com a emergência do conceito de *peacebuilding*, houve um expressivo aumento no número de operações ao redor do mundo. Isso se explica pela reaproximação dos Estados Unidos e da União Soviética, e as mudanças na dinâmica internacional que geraram novas demandas para a ação da ONU para além dos conflitos interestatais (BREU, 2009).

O objetivo dessas operações de paz era garantir que os conflitos não eclodissem novamente ao se construir a paz. Sendo assim, eram considerados fatores políticos, econômicos e sociais para que a região necessitada não tivesse motivos para entrar em um novo conflito. A supervisão de eleições e auxílio na reconstrução das instituições do Estado eram algumas das características desse tipo de missão de paz.

5. O movimento separatista e a atuação da *Al-Qaeda in the Islamic Magreb* (AQIM) e do *Mouvement pour l'Unité et le Jihad en Afrique de l'Ouest* (MUJAO) nas regiões do Magreb e Sahel

A crise no Mali, ocorrida durante todo o ano de 2012, pode ser identificada como a quarta rebelião tuaregue, estando inserida em um conflito que se desenrola desde 1960. Trata-se de um povo de cultura nômade pastoril que vive no norte do Mali e em menores proporções em outros países. O Mali se tornou independente da França em 1960 e se localiza na área do Sahel, fazendo parte de um dos 25 países mais pobres do mundo. Os malineses são majoritariamente mulçumanos, sendo a etnia tuaregue representada por 10% de sua população. (DUARTE, 2013)

O conflito está diretamente relacionado ao processo de descolonização. Ao tornar-se independente, o país era profundamente subdesenvolvido, não possuía infraestrutura básica e era composto, basicamente, por agricultores e pastores nômades. Nesse cenário, o primeiro presidente, Modibo Keita, tentou modernizar o país através do alinhamento com a URSS, que era contrária ao nomadismo. A política pela sedentarização do povo nômade, indispensável para o desenvolvimento segundo os ideais do presidente, acabou rotulando o povo tuaregue como “*les malis inutiles*” (os malineses inúteis), tornando a política do governo uma nova forma de colonização aos olhos desse povo. (DUARTE, 2013)

Juntamente com o processo de modernização iniciou-se um desejo de independência do povo tuaregue e construção de um Estado autônomo de Azawad. A marginalização desse povo pelas políticas desenvolvimentistas, juntamente com o sentimento de independência, gerou uma primeira rebelião em 1962 que foi subjugada militarmente, submetendo os tuaregues a uma rígida administração em 1964. (DUARTE, 2013)

Em 1968, o presidente Keita é deposto por um golpe militar organizado pelo tenente Mousa Traoré, que assume o governo. Um longo período de seca, que atinge a região do Sahel nesse mesmo ano e ao longo das décadas de 70 e 80, aprofunda a marginalização dos tuaregues. Em 1980, o Mali contou com auxílio internacional, servindo apenas para aumentar o ressentimento do povo tuaregue, que alegou que os recursos não chegavam à região norte e que boa parte estaria sendo utilizado para construção privada na capital. Esse descontentamento, associado à mobilização desses grupos no norte do Mali, na Argélia e na Líbia, culminou na segunda rebelião em 1990. (DUARTE, 2013)

Embora ainda não tivessem uma coesão no movimento de insurgência, os grupos estavam muito melhor equipados e organizados na segunda revolta. Dessa vez foi assinado um acordo de paz entre os rebeldes e o governo do Mali, que previa maior autonomia nas províncias do norte, integração do povo tuaregue, maior participação no governo, dentre outras coisas. O acordo gerou protestos por parte dos demais povos do Mali por atender excessivamente os rebeldes, culminando em um golpe de Estado em 1991. (DUARTE, 2013)

O governo provisório não fez grandes esforços para honrar o acordo de paz já existente, mas convocou uma conferência nacional com o objetivo de discutir políticas futuras. As negociações resultaram no Pacto Nacional entre o governo e grupos rebeldes, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento socioeconômico da região norte como forma de resolução do conflito, sendo os movimentos armados tuaregues formalmente dissolvidos em 1996. (DUARTE, 2013)

Em 2002, Amadou Toumani Touré foi eleito presidente durante um período de grande seca. Em 2006, novos grupos rebeldes promoveram ataques alegando insatisfação quanto à lentidão do governo na implementação do Pacto Nacional. Tentativas de resolução do conflito foram encabeçadas pela Argélia e, apesar da resistência por parte de alguns grupos, houve uma cerimônia de paz em 2009. (DUARTE, 2013)

Mesmo com a formalização de programas pela paz e desenvolvimento da região norte pelo governo do Mali, em outubro de 2011 foi criado o Movimento Nacional pela Libertação de Azawad (MNLA), cujo principal objetivo seria a libertação do povo tuaregue da ocupação do território Mali. Em janeiro de 2012, o movimento iniciou ataques no norte do país, alegando que o governo não havia cumprido as promessas com relação à população. (DUARTE, 2013)

Em março daquele mesmo ano, militares anunciaram a deposição de Amadou Touré por não conduzir adequadamente a política durante o conflito. Um mês depois, os insurgentes tuaregues haviam tomado o norte do país, declarando a independência do Azawad e se aliando a um movimento islâmico radical vinculado com a Al-Qaeda com objetivo de garantir a independência. A partir de então, iniciou-se um período de violência e, em vez de controlar a região norte do país, os insurgentes ameaçaram tomar a capital (DUARTE, 2013).

Apesar do conflito no Mali ter sua origem desde a década de 1960, os últimos acontecimentos e o envolvimento dos rebeldes com organizações terroristas e criminosas tornam o conflito muito mais problemático. As ondas de violência crescente, juntamente à falta de recursos por parte do governo do Mali, levaram a uma maior mobilização regional e à ação das potências (EUA, Inglaterra, França) como forma de combater o movimento insurgente, agora sob o discurso de combate ao terrorismo e ao crime transnacional.

Um dos principais grupos terroristas a atuar na região é a *Al-Qaeda in the Islamic Magreb* (AQIM). Trata-se de uma organização fundamentalista religiosa, vinculada à Al-Qaeda, cujos membros são responsáveis por atos terroristas nas regiões africanas do Magreb e do Sahel. Na região do Magreb, o marco histórico é o fim da guerra civil na Argélia em 2002, quando o governo conseguiu dismantelar agentes coletivos, como o *Salafî Group for Preaching and Combat* (GSPC). Muitos de seus membros se reorganizaram para formar a atual AQIM que, no contexto de combate ao terrorismo do pós-11 de setembro, viu-se forçada a atuar em países mais vulneráveis ao sul para sobreviver, tornando a região árida e despovoada do Sahel um espaço importante para sua estratégia de atuação (GALITO, 2012).

A AQIM foi estabelecida em janeiro de 2007 e é considerada um grupo terrorista pelos EUA e pela União Europeia, com ampla cobertura midiática. Com o tempo, a relação da Al-Qaeda do Oriente Médio com a AQIM tornou-se mais concreta. Um vídeo divulgado com Osama Bin Laden um ano antes de sua morte, concordando com o rapto de cinco franceses no Níger e as subsequentes exigências da AQIM para que a França negociasse diretamente com Bin Laden, confirmou que a relação existia de forma hierárquica. (GALITO, 2012)

A base do poder da AQIM encontra-se na Argélia e funciona em forma de rede. O aumento de casos de terrorismo nas regiões do Magreb e do Sahel justifica-se em parte pelo contexto de instabilidade político-social da região, fruto da proliferação de grupos rebeldes contra governos que consideram corruptos. Ainda, a presença de líderes estatais incapazes de enfrentar o terrorismo, seja por falta de recursos ou pela corrupção, pelo envolvimento em atividades criminosas como o narcotráfico, contribui para asseverar o quadro de instabilidade. Os países com maior atuação da AQIM, como o Mali, possuem um passado histórico de vulnerabilidade que não foi superado depois dos respectivos processos de descolonização, constituindo tensões locais e regionais que se tornam obstáculos à neutralização do terrorismo. (GALITO, 2012)

No caso do Mali, com o contexto de insegurança apresentado anteriormente, ocorrem ataques terroristas da AQIM que se somam aos grupos armados locais (rebeldes tuaregues) e a redes de crime organizado transnacional. A AQIM tem sua base de operações na Argélia e seu centro seguro de operações no norte do Mali. Nesse sentido, suspeita-se que a AQIM colabore diretamente com os insurgentes tuaregues e esteja envolvida no tráfico de drogas, sobretudo na zona de Katibat al-Mulathamine. De acordo com os dados da UNODC, pelo menos 6% do total do tráfico de cocaína detectado na África Ocidental em 2010 foi registrado no Mali.

Porém, não há uma clara evidência da relação entre os grupos separatistas e a AQIM, pelo fato de não possuírem uma agenda ideológica comum. Neste sentido, a colaboração entre eles seria apenas uma questão de oportunismo para se aproveitar da economia paralela que funciona no norte do Mali e que não possui ação efetiva de supressão por parte do governo. Sendo assim, existe ao menos uma base econômica que sustente o interesse entre os grupos: já que o Mali é um dos países mais pobres do mundo, com altas taxas de desemprego e um índice de desenvolvimento humano baixíssimo, as populações aceitam negociar com os membros da AQIM para garantir subsistência. (GALITO, 2012)

Com isso, a AQIM consegue atuar no Mali como forma de proliferar seus atos terroristas, aproveitando-se da instabilidade da região e utilizando a renda proveniente do tráfico de drogas para financiar suas ações terroristas. Além disso, a organização conta com apoio do grupo separatista tuaregue, o qual auxilia através de treinamento e distribuição de armas, de forma a garantir sua base segura no norte do Mali.

6. Cooperação e combate aos problemas no Mali: o jogo de interesses na região do Sahel

Com a constante expansão dos atos terroristas praticados pela AQIM e o vínculo com esse grupo terrorista, o movimento tuaregue e o narcotráfico tornaram central a questão da crise no Mali e atraíram a atenção das potências internacionais e regionais que tradicionalmente já engendravam seus interesses na região do Sahel.

Um grande foco no debate é destinado à Argélia pela experiência em combater o terrorismo e por sua superioridade militar na região. A Constituição da Argélia proíbe o envio de tropas para além de seu território, e a não interferência na soberania de outros Estados tem sido a base para política externa do país. Porém, a Argélia poderia auxiliar na questão por outros meios, o que gera uma crescente pressão sobre o país por parte da França e EUA. A Argélia já vem ocupando um papel de liderança na resolução de conflitos na região do Sahel, inclusive nas insurreições tuaregues passadas, além de coordenar respostas regionais contra o terrorismo e crimes transnacionais, com a criação, em 2010, de um centro de operações militares, conhecido como CEMOC (ARIEFF, 2013).

Contudo, a cooperação no caso do Mali tem sofrido com dificuldades pelo fato de o governo argelino considerar que as ações de combate contra a AQIM são insuficientes por parte do governo do Mali. Este último, por sua vez, rebate e defende que a organização terrorista é de responsabilidade do governo da Argélia, tendo em vista que o movimento se originou nesse país. Além disso, há uma desconfiança por parte do governo malinês de que a ação do governo argelino junto aos movimentos separatistas tuaregues possua como objetivo real o controle de áreas do Sahel, ricas em gás natural e reservas minerais (FILIU, 2009).

A incapacidade por parte da AQIM em projetar o terror para além da África intensifica as pressões provenientes da Al-Qaeda para a expansão das ações da organização, que continua limitada a atuar na região do Magreb e Sahel. Neste cenário, espera-se a ação coordenada de organismos já existentes, como *The Union of the Arab Maghreb* ou a *Economic Community of West African States (ECOWAS)*, como forma de combater essa organização. A cooperação contra o terrorismo deve ser maximizada de forma pragmática, utilizando ações bilaterais sempre que possível e organizações regionais

quando necessário, além da ação da ONU e de países, como a França e os Estados Unidos (FILIU, 2009).

A atual crise no Mali gera sérias implicações para a segurança regional, e a intervenção de outros países no conflito pode trazer desdobramentos muito significativos no processo de resolução. No entanto, lidar com a questão tuaregue somente como necessidade de combater o terrorismo significa afastar a questão das causas originais do conflito, o que distancia a possibilidade de assegurar uma paz duradoura na região. Como demonstrado após a primeira rebelião, uma ação militar em detrimento do diálogo nem sempre é a melhor alternativa (DUARTE, 2013).

A economia também possui um papel importante na geopolítica da região. Desde 1958, o urânio nigeriano está sob administração de um comissariado francês (CEA), assim como os interesses da França sobre o petróleo também são garantidos pelos tratados de Évian. Porém, mesmo com a existência de matérias-primas a serem exploradas, é o tráfico de ilícitos, impulsionado pela corrupção presente nos Estados da região, que adquire força notável no comércio. O Marrocos como principal produtor e exportador de hashish e o controle do tráfico pelos *Beydam* na Mauritânia são uns dos exemplos que podem ser citados, tornando o interesse sobre as matérias-primas em si consideravelmente secundário (GIRAUD, 2013).

Temos que considerar que o Mali, especialmente onde se estabeleceram os grupos separatistas no norte, faz parte de uma região que historicamente sofreu com o conflito de interesses de atores internacionais diversos pelo controle das relações econômicas, tanto lícitas quanto ilícitas, que lá ocorrem. Juntamente com os produtos de comércio corriqueiros, circulam alguns ainda mais lucrativos (cigarro, armas, drogas), que dão aos grupos presentes na região características de organizações quase-mafiosas, as quais dependem dos conflitos regionais (Líbia, Sudão), de grupos paramilitares (Tuaregues nigerianos e malineses) e de terroristas (AQIM, MUJAO, Ansar Eddine, Boko Haram) para perpetuarem seu enriquecimento próprio através de atividades ilícitas (GIRAUD, 2013).

Por fim, devemos incluir igualmente em nossa avaliação o papel desempenhado pelas potências regionais (Argélia, Líbia e Marrocos) após a queda de Kadhafi e o possível aumento da margem de manobra para a ação argelina no Mali.

A complexidade dos fatores e interesses presentes na região, assim como aqueles apresentados neste guia, delimitam os pontos principais a serem debatidos para formulação de uma resolução que transite por todas as problemáticas debatidas. O jogo de interesses das potências internacionais e regionais, assim como a fragilidade do Sahel (como demonstrada pelos dados levantados pelo UNODC), demandam uma iniciativa por parte do Conselho de Segurança para que se articule de forma eficiente uma ação capaz de garantir a estabilidade dos países envolvidos e combater as diversas iniciativas criminosas presentes. Asseveramos que não se pode desconsiderar o desenrolar histórico que determinou as condições para a emergência desses problemas e o caráter regional da questão.

7. Agenda de discussões proposta

Com base nos elementos levantados nesse guia de estudos, espera-se que os delegados do Conselho de Segurança, reunidos em 2012, discutam as possibilidades de envio de uma missão de paz e estabilização para o Mali.

Para tanto, é necessário que as seguintes questões sejam debatidas e consideradas em um eventual documento de resolução:

- Estabilidade e soberania do território do Mali;
- Terrorismo na região do Sahel;
- Medidas a serem tomadas com relação à crise humanitária na região (fome, crime transnacional, pobreza, grupos separatistas);
- Violação dos direitos humanos por parte dos grupos insurgentes, criminosos e terroristas, em especial a respeito da violência contra a sociedade civil, uso de crianças soldado e casos de sequestros;
- Planejamento de uma eventual operação de paz, o que inclui: definição do tipo de missão, atribuição de responsabilidades e distribuição de tarefas entre Estados e Organizações Internacionais participantes.

8. Referências

- ARIEFF, Alexis. Crisis in Mali. **Congressional Research Service**. 14 jan. 2013. Disponível em: < <https://www.fas.org/sgp/crs/row/R42664.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- BADIE, Bertrand. Préface. In: GALY, Michel (org.). **La guerre au Mali** : comprendre la crise au sahel et au sahara enjeux et zones d'ombre. Paris : La Découvert, 2013.
- BREU, Estevão Gomes Pinto. **A ONU e o uso da força em Operações de Paz**: uma agenda para a imposição da paz? Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do Tempo, Ano 4, Nº20, 2009. Disponível em: <http://www.temppresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4900:a-onu-e-o-uso-da-forca-em-operacoes-de-paz&Itemid=127>
- CAVALCANTE, Fernando. **A idéia de construção da paz das Nações Unidas**. Universitas: Relações Internacionais, Brasília, v. 8, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010
- Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: Avaliação da Ameaça. **United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)**. Fevereiro, 2013.
- FILIU, Jean-Pierre. **Al-Qaeda in the Islamic Maghreb**: Algerian Challenge or Global Threat?. Washington Carnegie Endowment for International Peace. Washington, 2009
- GALITO, Maria Sousa. AQIM-Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL. **Sol Nascente**: revista do centro de investigação sobre ética aplicada, n.2, set. 2012.
- GERALDINE, Rosas Duarte. Crise no Mali: as origens do conflito e os entraves para a resolução. **Conjuntura Internacional**, vol. 10, n. 1, p. 7-14, 1^o sem, 2013.
- GIRALDO, Jeanne; TRINKUNAS, Harold. **Terrorism Financing and State Responses**: A Comparative Perspective. Stanford: Stanford University Press, 2007.
- GIRAUD, Grégory. Cinquante ans de tension dans la zone sahélo-saharienne. In: GALY, Michel (org.). **La guerre au Mali** : comprendre la crise au sahel et au sahara enjeux et zones d'ombre. Paris : La Découvert, 2013.
- KALDOR, Mary. **New & Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

Programa Regional para África Ocidental. 2010-2014. **United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)**. Disponível em:

<http://www.unodc.org/documents/westandcentralafrica/FINAL_RP_PT_complete_15032011.pdf>

REIS, Marcus. **O terrorismo e o direito (nacional e internacional)**. 20 mai. 2013.

Disponível em: <<http://marcusreis.com/2013/05/20/o-terrorismo-e-o-direito-nacional-e-internacional/>>

TORRES, Edgard. **O uso da legítima defesa no pós 11 de setembro de 2011**. 1º jan.

2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14180/o-uso-da-legitima-defesa-preventiva-no-pos-11-de-setembro-de-2001>>

WERNER, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes**

criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2009.

